

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.172 - SP (2019/0119704-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : ANTONIA MARIA BALBINA MOROTTI**  
**ADVOGADO : ANDRÉ ALVES FONTES TEIXEIRA - SP163413**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : ALDA EVELINA TEIXEIRA PENTEADO E OUTRO(S) - SP102733**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ANTONIA MARIA BALBINA MOROTTI, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão sintetizado nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO — Pedido de certidão de liquidação de tempo de serviço para fins de aposentadoria — Atraso da Administração e desinteresse da servidora, que permaneceu em atividade depois de liquidado o tempo — Inexistência de dano material e dano moral indenizáveis — Sentença de procedência parcial reformada — Reexame necessário não conhecido (CPC, art. 475, § 2º)<sup>1</sup> — Recurso da FESP provido; desprovido o da autora.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta, preliminarmente, violação aos arts. 1.022 e 489, III, §1º, I, II e IV, do CPC/2015, sob alegação que a matéria ventilada em sede de embargos de declaração não foi enfrentada pela Corte *a quo*.

Sustenta, ainda, ofensa aos arts. 341, 373 e 374 do CPC/2015, aduzindo que "No caso em tela a questão não era exclusivamente de direito, mas factual, exigindo a produção de prova das alegações da ora Recorrente quanto à má gestão e ineficiência e até eventual prova de possível engodo promovido pelos servidores responsáveis pelo Recursos Humanos a que atrelada a demandante. Conquanto consta nos autos, ainda que não se possa repisar fatos e provas, fica evidente que o julgamento proferido nestes autos violou regras processuais, porque o julgamento antecipado da lide ignorou que nos autos se discutia fatos e direitos".

Sem contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do agravo pelo Tribunal *a quo*.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Sem contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de ação ordinária visando a reparação de danos decorrentes de suposta demora de processo administrativo para obtenção de aposentadoria.

O Tribunal de origem entendeu não estarem presentes os requisitos necessários para a condenação em danos morais e materiais e estabeleceu honorários, nos seguintes termos:

Pretende, com isso, ser indenizada pela demora de mais de ano. A sentença acolheu, em parte, o pedido, apenas para conceder a indenização por danos morais, já que a autora, aparentemente, aquiesceu, concordou tacitamente com a demora na medida em que, se houvesse urgência, por certo teria encetado maiores diligências no sentido de obter a certidão, o que só fez depois de muito tempo. **Não houve cerceamento. O juiz é o destinatário da prova, formando seu livre convencimento a partir dos elementos constantes dos autos, devendo decidir quais as provas úteis. E para este Tribunal ad quem não houve limitação ao exercício do direito de defesa, o conjunto probatório era suficiente ao julgamento do processo no estado em que se encontrava. O requerimento (formulário) de certidão, de 05/10/10 (fl. 14), não contém regular protocolo perante a Administração, e nem poderia ser suprido por prova testemunhal, como parece pretender a apelante. Por outro lado, há idêntico (formulário) pedido, de 26/12/11 (fl. 15), protocolado na mesma data, de certidão de liquidação de tempo de contribuição para fins de aposentadoria. E a certidão solicitada foi expedida a 28/02/12. Não obstante esses dados discrepantes, em outubro de 2011, antes mesmo do requerimento protocolado, a servidora já se movimentava para obter sua aposentadoria. É o que indica o Ofício nº 6.879/2011, de 11/10/11, expedido pela própria Secretaria de Administração Penitenciária ao Chefe da Divisão de Benefícios do INSS em Ribeirão Preto, solicitando planilha de salários da servidora, de 1994 a 2000. [...] Liquidado o tempo de serviço e de posse da respectiva certidão, datada de 28/02/12, abria-se à servidora dois caminhos: permanecer em serviço, ou requerer sua aposentadoria voluntária, mas optou pela primeira hipótese, permanecendo em atividade. A propósito, proposta a ação em maio de 2012, na época ela ainda estava em atividade. Vide holerite de abril de 2012. Conforme o disposto no § 22º do art. 126 da Constituição do Estado, passados noventa dias, sem decisão, da apresentação do pedido instruído de aposentadoria voluntária, o servidor pode simplesmente afastar-se da função pública, independentemente de qualquer formalidade. Se não houve dano material, como reconhece a**

**sentença, tampouco se há de reconhecer dano moral indenizável, por isso que se acolhe o recurso da FESP e se nega provimento ao da autora;** honorários advocatícios de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela autora, respeitada a assistência judiciária.

Inicialmente, o recorrente apresenta questão preliminar voltada à indicação de ofensa ao art. 1.022 e 489, ambos do CPC/2015, sob ao argumento de que as questões apresentadas em embargos de declaração não foram apreciadas pelo Tribunal de origem.

Com efeito, a alegada violação pressupõe seja demonstrado, **fundamentadamente**, que: **(a)** a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; **(c)** a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, caso examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma.

Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

No caso, o recorrente sustenta negativa de prestação jurisdicional por meio de alegação genérica na parte final do apelo nobre, apenas alegando que o aresto recorrido teria sido omisso quanto as matérias indicadas em aclaratórios, sem atentar para os pontos mencionados anteriormente.

Dessa forma, aplica-se o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Quanto ao suposto malferimento ao arts. 341, 373 e 374 do CPC/2015, urge ressaltar que o Tribunal de origem abordou o assunto relativo à prova e ao julgamento antecipado da lide, salientando que o **"O juiz é o destinatário da prova, formando seu livre convencimento a partir dos elementos constantes dos autos, devendo decidir quais as provas úteis. E para este Tribunal ad quem não houve limitação ao exercício do direito de defesa, o conjunto probatório era suficiente ao julgamento do processo no estado em que se encontrava"**.

Nesse prumo, observa-se que a alteração da conclusão obtida pela Corte *a quo* exige, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória dos autos, exercício que é vedado no âmbito desta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NOMEAÇÃO DE PARENTES PARA CARGOS EM COMISSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. [...] 3. A Corte local rejeitou a alegação de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, em razão do julgamento antecipado, 'pois não havia necessidade da produção de outras provas além daquelas carreadas aos autos.' 4. O STJ possui orientação no sentido de que cabe ao magistrado verificar a existência de provas suficientes nos autos para ensejar o julgamento antecipado da lide ou indeferir a produção de provas consideradas desnecessárias, conforme o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional. 5. Extraí-se do acórdão objurgado e das razões de Recurso Especial que o

acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ. 6. No que diz respeito à alegação de ausência de provas de improbidade administrativa, além de incidir o disposto na Súmula 7/STJ, nota-se que o recorrente não indicou qual o dispositivo de lei federal que entende violado, o que atrai por analogia o óbice da Súmula 284/STF. 7. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 886.966/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/04/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. INSURGÊNCIA CONTRA OS DANOS MATERIAIS E MORAIS. SÚMULA 7 DO STJ. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O acolhimento da pretensão recursal sobre os danos materiais, a alegada existência de vícios ocultos, a responsabilidade pelos danos morais e a comprovação do dano moral demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7 do STJ. [...] 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no AREsp 802.221/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016)

Por fim, convém ressaltar que a interposição do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional também exige que o recorrente cumpra o disposto nos arts. 1.029, §§1º e 2º do CPC/2015, e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ.

Assim, considera-se inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: (a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; (b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; (c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

Na hipótese examinada, verifica-se que o ora recorrente se limitou a transcrever trechos dos julgados paradigmas, não atendendo aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos legais supramencionados, restando ausente o necessário cotejo analítico.

Cumpre asseverar, ainda, que na demonstração do dissídio jurisprudencial, o cotejo analítico possui dois momentos, quais sejam: i) deve o recorrido, inicialmente, promover a comparação entre as questões tratadas no *decisum* objurgado e no paradigma, com traslado dos fundamentos de ambos; em seguida, executa-se a defrontação das teses jurídicas e dos dispositivos legais em conflito, patenteando a desconformidade de interpretações para a mesma questão de direito.

Assim, é descabido o recurso interposto pela alínea “c” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido, confira os seguintes julgados (*grifo nosso*):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. NÃO INDICAÇÃO DOS MOTIVOS DA VIOLAÇÃO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N.º 284/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE SIMILITUDE ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. NÃO CONHECIMENTO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA PELO TITULAR DA DEMANDA. ACÓRDÃO MANTIDO.

[...]

9. A interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige do recorrente a comprovação do dissídio jurisprudencial, cabendo ao mesmo colacionar precedentes jurisprudenciais favoráveis à tese defendida, comparando analiticamente os acórdãos confrontados, nos termos previstos no artigo 541, parágrafo único, do CPC. 10. Visando a demonstração do dissídio jurisprudencial, impõe-se **indispensável avaliar se as soluções encontradas pelo decisum embargado e paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas**, existindo entre elas similitude de circunstâncias.

11. In casu, não há similaridade, indispensável na configuração do dissídio jurisprudencial, entre o acórdão tomado como paradigma, do STF, julgado em 02.08.1960, tratou da prescrição de ato de improbidade previsto no art. 11, da CLT e o acórdão recorrido, que decidiu acerca da prescrição da ação de improbidade prevista no art. 23, II, da Lei n.º 8.429/92. [...] 15. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 999.324/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 17.12.2010)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator